

Tales Faria

Toffoli busca blindagem de Lula contra impeachment

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), está tentado marcar um encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas até este sábado, 24, não havia conseguido.

Toffoli precisa do apoio do presidente para que o PT e os parlamentares governistas barrem tentativas da oposição e do centrão de fazer tramitar no Senado o pedido de impeachment contra ele.

Seria um segundo encontro depois que Lula assumiu seu terceiro mandato presidencial. O colunista Lauro Jardim, de “O Globo”, revelou que no início de dezembro eles almoçaram juntos na Granja do Torto, na companhia do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Toffoli acabara de decretar sigilo absoluto no processo sobre o Banco Master.

Haddad relatou as suspeitas levantadas pelo Banco Central que levaram à liquidação da instituição financeira. No final da conversa, Lula teria dito ao ministro do STF: “Você tem agora a chance de reescrever a sua biografia”.

Toffoli, no entanto, tomou uma série de atitudes após o encontro que pareceram prejudicar a atuação da Polícia Federal nas investigações.

Poucos dias depois do almoço no Torto, ele determinou a realização de uma acareação do dono do Master, Daniel Vercaro, e de Paulo Henrique Costa, ex-presidente do BRB (Banco de Brasília) com o diretor de Fiscalização do Banco Central, Ailton de Aquino.

Esse tipo de procedimento costuma envolver investigados com testemunhas, condição que não se aplicava ao diretor do BC. Isso levantou suspeitas de que o objetivo seria contradizer a autoridade monetária. Diante das críticas, Toffoli recuou e Ailton de Aquino apenas prestou depoimento, mas foi dispensado da acareação.

Mais recentemente, o ministro determinou que

todo o material apreendido na operação da semana passada contra Vercaro permanecesse retido e lacrado no STF, em vez de ser encaminhado diretamente à PF para análise pericial, como ocorreria normalmente.

Só aceitou recuar diante da entrada da Procuradoria Geral da República (PGR) na história, insistindo propondo que o material ficasse sob a guarda do Ministério Público Federal. Mas ele insistiu em manter sob sua decisão a escolha dos peritos.

Essas atitudes é que levantaram em Lula a dúvida se deve continuar se envolver nessa história a favor de Toffoli Primeiro, porque há dúvidas sobre o comportamento do ministro em relação ao caso Depois, porque Lula não tem mais pelo ministro a mesma simpatia que o levou a indicá-lo para o STF.

Depois que assumiu, Toffoli rompeu os laços com o PT, onde começou sua vida pública como assessor do partido. Mais ainda: ele se engajou na época a apoiar a Operação Lava Jato, a tal ponto que cometeu o gesto que mais feriu o então ex-presidente da República. O ministro do STF proibiu Lula, quando estava preso na sede da PF em Curitiba, de comparecer ao velório de seu irmão Vavá, que morreu de câncer em 2019.

Impôs a seguinte condição: a família de Lula deveria ir com o corpo até uma base militar para que o petista pudesse se despedir, mas este decidiu não comparecer.

Logo que Lula tomou posse no terceiro mandato, Toffoli teria pedido perdão ao presidente, sem receber uma resposta positiva, segundo noticiou na época a jornalista Mônica Bergamo.

Agora a dúvida é: se Toffoli sofrer processo de impeachment no Senado Federal, Lula pedirá aos governistas para blindá-lo, ou vai se vingar do velório de Vavá que não pode comparecer?

Sérgio Cabral*

Retrocesso em Santa Catarina

O governo de Santa Catarina acabou com a política de cotas raciais de acesso à sua universidade estadual e as que recebem verbas do governo estadual. Um retrocesso gravíssimo na luta antirracista e de afirmação de uma parte significativa da nossa população preta e parda que sofreu durante séculos a perversidade da escravidão e que, após o fim da escravatura, enfrentou a sua marginalização em todos os cantos do Brasil.

De 1888 até 2001, o Brasil jamais teve políticas públicas afirmativas que permitissem aos jovens pretos e pardos acesso compensatório às universidades públicas de nosso país. Durante todo o século XX nossas universidades públicas foram povoadas de estudantes brancos oriundos, em sua maioria, de escolas e colégios da elite.

A população custeou, durante esse período, professores e profissionais de apoio a serviço da elite brasileira, com raras exceções de jovens pretos e pardos que alcançaram com esforço hercúleo nossas instituições públicas de ensino superior. Bastava ver os pátios de estacionamento das universidades públicas e verificar automóveis do ano que ali paravam seus possantes às custas do dinheiro público.

Nada contra. Mas tudo contra a disputa desigual.

O Brasil é um país com quistos de racismo ainda não superados. Daí que, em 2001, como presidente da Assembleia Legislativa do Rio, liderei a inclusão de cotas raciais na mensagem do executivo estadual que criava o acesso às universidades estaduais aos alunos oriundos das escolas públicas de ensino médio. Na época, até deputados da esquerda, como Chico Alencar, foram contra a inclusão das cotas raciais.

Mas consegui convencer a maioria dos meus colegas de que a hora da reparação histórica havia chegado. O próprio Chico registrou seu questionamento contrário, mas votou conosco.

São quase 25 anos da primeira lei de cotas e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro e a Universidade Estadual do Norte Fluminense já formaram milhares de jovens pretos e pardos em todos os campos do conhecimento e que estão aí, contribuindo para o progresso do país e inseridos no mercado de trabalho.

Em 2011, como governador do estado do Rio de Janeiro, aprovamos a primeira lei de cotas raciais nos concursos públicos do estado. De lá pra cá, nesse 15 anos, passamos a ter muito mais profissionais pretos e pardos na procuradoria do estado, na defensoria pública, entre os auditores da receita, professores, delegados e oficiais da polícia, entre outras categorias do serviço público do estado.

Diariamente nos deparamos com casos de racismo no Brasil. Não se enfrenta essa chaga sem políticas afirmativas. É uma doença endêmica de nossa sociedade. As pessoas racistas explicitamente ou enrustidas recorrem à meritocracia. Como se o esforço por si só fosse capaz de consertar uma situação secular. Não é!

Qualquer dúvida, vá a um restaurante chique, a um shopping mais caro, a um consultório de um médico medalhão, à classe executiva de um voo, e verifique quantos pretos e pardos estão por lá.

Santa Catarina, um estado maravilhoso, de gente trabalhadora e que tanto contribui para o progresso do Brasil, não merece ser marcada por tal retrocesso.

*Jornalista. Instagram: @sergiocabral_filho

Vinícius Lummertz*

Orçamento federal de R\$ 6,5 trilhões e só 80 bilhões para investimentos

Se quisermos entender o Brasil, não olhemos para os lados: olhemos para o Orçamento. É ali que o país confessa suas prioridades, de fato, no lugar onde está registrada uma das relações mais sagradas de uma democracia: a autorização para arrecadar e gastar. O orçamento fala a verdade. E o de 2026 espelha o Brasil atual e assombra pela cultura política que revela.

O total aprovado chega a R\$ 6,5 trilhões, mas esse número já vem com um carimbo: R\$ 1,8 trilhão é refinanciamento da dívida. Quando se exclui a rolagem, o “orçamento que vale” cai para R\$ 4,7 trilhões.

Quando se abre a peça, o retrato fica mais explícito. Só a amortização da dívida está estimada em R\$ 2,22 trilhões e os juros e encargos em R\$ 643,9 bilhões. Ao lado disso, as despesas de pessoal somam R\$ 489,5 bilhões, e “outras despesas correntes” passam de R\$ 2,6 trilhões. A conta fecha, mas fecha para trás. Rolar a dívida e fazer os juros subirem.

O custeio aparece também no teto da despesa primária: o limite do Executivo é de R\$ 2,334 trilhões, enquanto Legislativo e Judiciário têm, respectivamente, R\$ 18,8 bilhões e R\$ 64,7 bilhões. É a fotografia de um Estado que funciona para se manter, com pouca margem para transformar o país e elevar o padrão de vida do povo brasileiro.

O espaço para investimento é apenas o que sobra depois de sustentar a máquina, pagar o passado e administrar o curto prazo. No orçamento, “investimentos” aparecem com R\$ 79,7 bilhões, e o PAC soma cerca de R\$ 52 bilhões. No PLOA, as dotações de investimento chegam a R\$ 253,2 bilhões, mas R\$ 197,9 bilhões são investimentos de estatais. O investimento civil, discricionário, segue pequeno para a ambição de um país continental.

O paradoxo é duplo: além de investir pouco (R\$ 79,8 bi; Novo PAC, R\$ 52 bi), o Brasil não deixa investir. O licenciamento trava cerca de R\$ 1,7 trilhão em projetos, incluindo R\$ 250 bilhões só na carteira do PPI. Em portos, há terminais privados autorizados e ainda inativos, somando R\$ 36,8 bilhões. Em aeroportos, há R\$ 4,64 bilhões aprovados para 11 terminais, mas obra sem previsibilidade ambiental vira cronograma desejável. E, na energia, a Aneel monitora empreendimentos com R\$ 8,4 bilhões por ano de restos a pagar, com atrasos majoritariamente ligados ao licenciamento. Resultado: o Estado confessa no Orçamento que não tem músculo para investir e, na prática, age para reduzir o investimento privado que poderia complementar o pouco que sobra.

No meio disso, cresceu a fragmentação. O Orçamento de 2026 prevê cerca de R\$ 61 bilhões em emendas parlamentares. Dez anos atrás, em 2016, a primeira LOA com emendas impositivas previa R\$ 9 bilhões em emendas individuais e R\$ 4,5 bilhões para bancadas. A política passou a assinar o orçamento com caneta própria. É mais uma pasta de dente espremida para fora: difícil colocar de volta.

Há ainda o Estado invisível, o que não aparece como despesa, mas como renúncia. O Demonstrativo de Gastos Tributários do PLOA 2026 estima R\$ 612,84 bilhões em gastos tributários, 4,43% do PIB. E, quando se olha o conjunto de subsídios, o governo

informa R\$ 678 bilhões em 2024. O Brasil renuncia e subsidia em escala de centenas de bilhões, enquanto o investimento direto da União continua baixinho.

Os programas sociais, necessários em muitos casos, também expõem a rigidez. O PLOA aponta R\$ 158 bilhões para o Bolsa Família e R\$ 122 bilhões para o BPC em 2026, enquanto a área de assistência social e família concentra R\$ 301 bilhões programados. O debate sério não é “cortar”; é desenhar porta de saída, incentivo ao trabalho formal e ao empreendedorismo e governança para evitar sobreposição e desestímulos ao emprego. Aqui mora o paradoxo do gasto público: quanto mais déficit com gasto ineficiente, menos caixa; e quanto menos caixa, mais altos os juros para empresas e cidadãos.

Na educação, outro ponto que o orçamento federal, não é de hoje, costuma esconder do eleitor: grande parte do gasto acontece fora da União. Em 2022, o gasto público total em educação foi de R\$ 636,6 bilhões, sendo R\$ 241,6 bilhões pela União, R\$ 199,5 bilhões pelos municípios e R\$ 195,5 bilhões pelos estados. O orçamento federal é minoritário.

O mesmo vale para a segurança, hoje prioridade número um na percepção social. Em 2024, as despesas com segurança somaram R\$ 153 bilhões, com R\$ 21 bilhões pela União, R\$ 118,5 bilhões pelos estados e R\$ 13,5 bilhões pelos municípios. A União quer coordenar mais, mas financia pouco. Arrecada trilhões, mas chega fraca para liderar o esforço.

Ainda mais grave, sobretudo para os jovens, enquanto o mundo organiza seu futuro em tecnologia, defesa e inovação, o Brasil segue travado. O relatório setorial aponta que ciência, tecnologia e comunicações somam R\$ 17,8 bilhões em 2026, 5% menos do que em 2025. Não é compatível com a transição global guiada por IA, semicondutores, biotecnologia e segurança cibernética.

O custo institucional também pesa, e não é tabu dizer isso. O CNJ aponta que o Judiciário custou R\$ 132,8 bilhões em 2023, algo como 1,2% do PIB. E há estudos comparativos que colocam o Congresso brasileiro entre os mais caros quando se mede peso no PIB, na ordem de grandeza de 0,15% em 2020.

Tudo isso acontece enquanto o país discute reforma tributária sem reforma administrativa, como se simplificar impostos, por si, fosse encolher o Estado. Não é. Sem metas, avaliação, revisão de gastos e das carreiras públicas orientadas por desempenho, o Brasil empurra o problema para a frente.

Se quisermos entender o Brasil, não nos enganemos: olhemos para o Orçamento. Ele é o espelho do país e, numa democracia, deveria ser a conversa mais séria do ano, porque ali está esculpido em pedra, com frieza, o pacto entre Estado e cidadão. O orçamento fala a verdade. E a verdade de 2026 é que seguimos como país do passado, pagando contas muito caras, não sabendo economizar, não encarecendo as reformas necessárias e tratando investimentos e inovação como resto.

*Vinícius Lummertz é Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo.